

Jornalismo para investigar a desinformação em instância local

Journalism to investigate disinformation at a local space

José Carlos Fernandes¹
Myrian Regina Del Vecchio-Lima²
André de Freitas Nunes³
Tatiana de Souza Sabatke⁴

Resumo: Diante dos impactos provocados pelas tecnologias digitais e pela proliferação da desinformação, cresce o interesse acadêmico sobre o papel que o jornalismo profissional exerce como instância de credibilidade e desmistificação de notícias falsas. Temos por objetivo analisar de forma interpretativa reportagens que buscam investigar a desinformação. Estabelecemos na revisão teórica um cuidado em diferenciar os dois conceitos em evidência. E na parte empírica, privilegiamos reportagens que combatem a desinformação em um jornal nativo digital, o *Plural*, único veículo de cobertura diária que pratica jornalismo com bases investigativas em Curitiba (PR). Em recorte temático, analisamos a vacinação contra a Covid-19; as situações endêmicas urbanas de pobreza; e a cobertura de segurança pública.

Palavras-Chave: jornalismo investigativo; desinformação; notícias falsas; jornalismo local.

Abstract: Faced with the impacts caused by digital technologies and the proliferation of disinformation, academic interest in the role that professional journalism plays as an instance of credibility and demystification of fake news is growing. We aim to interpretly analyze reports that seek to investigate disinformation. We established in the theoretical review a care in differentiating the two concepts in evidence. And in the empirical part, we favor reports that combat misinformation in a native digital newspaper, the *Plural*, the only daily coverage vehicle that practices investigative journalism in Curitiba (PR). In a thematic perspective, we analyzed vaccination against Covid-19; endemic urban poverty situations; public safety reports.

Keywords: investigative journalism; misinformation; fake news; local journalism.

¹ Jornalista e professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Email: zeca@ufpr.br

² Jornalista e professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) da UFPR. Email: myriandel@gmail.com

³ Jornalista e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) da UFPR. Email: andre.fnunes@gmail.com

⁴ Jornalista e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) da UFPR. Email: tatianassjornalista@gmail.com

.....

1. Introdução

É recorrente nos estudos de Jornalismo a realização de pesquisas sobre as temáticas da desinformação e das notícias falsas. Antes, esses fenômenos eram provocados pela intensa midiaticização promovida pelos meios de comunicação de massa. Atualmente, as “revoluções” comunicacionais advindas das tecnologias digitais, e suas redes interativas, multiplicaram de forma exponencial a frequência e profundidade de tais ocorrências. Na mesma medida, cresce o interesse acadêmico-científico por esses fenômenos em novos contextos (SERVA, 2001; D’ANCONA, 2018; VOSOUGHI *et al*, 2018).

O jornalismo profissional, diante dos impactos provocados pelas tecnologias digitais, reage a esse processo desde fins do século XX, autoproclamando-se instância que garante a credibilidade e desmistifica informações falsas e desinformações que varrem o planeta. Neste estudo, abordamos as práticas de reportagens investigativas que buscam desconstruir a desinformação e a disseminação de *fake news*. Temos por objetivo mostrar e analisar de forma interpretativa reportagens que buscam investigar a desinformação (HEB, 2021), com ênfase nas fontes consultadas e metodologias utilizadas. Estabelecemos na revisão teórica um cuidado em diferenciar os dois conceitos em evidência (MCKENNA, 2021). E na parte empírica, privilegiamos reportagens que combatem a desinformação.

Após breve panorama sobre esse tipo de prática, centralizamos o exame empírico em reportagens produzidas localmente, na cidade dos pesquisadores, Curitiba (PR). Fazemos isso por meio de um jornal nativo digital, o *Plural*, veículo de cobertura diária que pratica jornalismo com bases investigativas no território escolhido. Em recorte temático subsequente, escolhemos analisar três assuntos atingidos pela desinformação: a vacinação contra a Covid-19; as situações endêmicas urbanas de pobreza; e a cobertura de segurança pública – contaminada pela “sinistrose” do jornalismo policial.

Perguntamos: como o jornalismo investigativo pode combater a desinformação? Como escolher fontes e dados que transmitam confiança e credibilidade em um cenário de infodemia, agravado pela tendência social de acomodamento em torno da chamada pós-verdade? (D’ANCONA, 2018). Como reportagens investigativas locais podem contribuir para combater

esses fenômenos? Temos como premissa que os valores da profissão ainda são válidos no cenário fluido e escorregadio da cultura digital (SANTOS, 2012) e que a convivência e compromisso em rede entre organizações e cidadania é fator importante na luta contra a desinformação em espaços locais.

Após a coleta de reportagens, no período de 1.º de janeiro a 30 de junho de 2021, sistematizamos temas, fontes e metodologias qualitativas de investigação; interpretamos os conteúdos e as falas dos autores das reportagens examinadas. Como resultados, temos um rol de apontamentos que acentuam a investigação jornalística, a checagem e a disposição em fazer valer fatos e informações subsidiados por fontes qualificadas, como um caminho para combater a desinformação. Entendemos ainda a importância de estabelecer procedimentos de combate à desinformação em escala local.

2. Conceitos em transformação

Pode-se afirmar que os três conceitos principais aqui envolvidos – desinformação, *fake news* e infodemia – não são novidade, sendo novos termos para conceber fenômenos conhecidos no campo da Comunicação e do Jornalismo, mas potencializados ou até mesmo radicalizados no cenário de uma cultura digital. Essa cultura, hoje imperativa, trata de algo no qual “participamos como produtores, consumidores, disseminadores e que, por isso, tem integrado a vida cotidiana, invadido as casas e interferido nas relações que estabelecemos com o mundo, tanto material quanto simbólico, que nos rodeia.” (BORTOLAZZO, 2016, p. 12). Estabelecida pela proliferação de recursos tecnológicos, tal cultura está atrelada, muitas vezes, a amplos nichos da sociedade em que prevalece a chamada “pós-verdade”.

Ao descrever a complexidade do fenômeno, D’Ancona (2018) o aponta como decorrência de fatores antigos e recentes. O autor define a pós-verdade como uma alteração na percepção de muitas pessoas, assim como no seu comportamento – elas não estão mais interessadas na verdade como uma instância que rege a vida social e suas instituições, preferindo uma interpretação própria dos fatos que lhes seja mais adequada, ou reproduzindo e distorcendo em suas redes sociais, digitais ou não, estas “verdades convenientes”. Sendo assim, tal alteração se relaciona mais com o público do que com os campos jornalístico ou político, que em certos segmentos apresentam uma tendência em manipular informações de

forma a aproveitar, do ponto de vista político, ideológico e até econômico, este comportamento enviesado de nichos sociais.

Pode-se pensar neste complexo panorama social-midiático de cultura digital, entremeado por uma visão de mundo marcada pela pós-verdade, como um palco pelo qual desfilam outros fenômenos informacionais como as *fake news* e as desinformações, além de se entender o conjunto como um espectro também definido por mais um fenômeno atrelado ao todo, a infodemia – definido pelo excesso de informação circulante, com o agravamento de que neste pacote já não se consegue distinguir as informações precisas e corretas, portanto “verdadeiras”, das falsas, manipuladas ou não. Wolton (2011) alertava no início do milênio para o excesso de informações propiciadas pelas mídias digitais interativas, ao expressar a reflexão que esta avalanche informacional, não processada pela sociedade, não se configurava como comunicação; e admoestava “que a informação tornou-se abundante; a comunicação uma raridade” (p. 16), o que acelera a incompreensão e fomenta os discursos de ódio.

De conceito em conceito, também se concebe as *fake news* como fenômeno nada recente no mundo jornalístico ou no universo histórico da informação e da comunicação, processos humanos e sociais mediados ou não por tecnologias. As notícias falsas são objeto de estudo do jornalismo e preocupação de suas reflexões éticas, filosóficas, políticas etc. No âmbito da imprensa e da ética jornalística, a notícia falsa seria aquela não verdadeira, que não corresponde aos fatos, disseminada por incompetência ou por interesses outros. Daí, a extrema preocupação do campo jornalístico com os procedimentos e práticas de seleção de fontes, investigação apurada, checagem de dados e informações, de forma a diferenciá-lo de espaços e produções leigas e não-profissionais, ou marcadas por interesses político-ideológicos ou econômicos.

Mais uma vez, no âmbito de uma cultura digital penetrante e imperativa, a ocorrência de notícias falsas passou por mutações que a potencializaram, permitindo sua propagação ampla e viral nos fluxos interativos da internet e suas mídias sociais digitais, passando a ser denominada, globalmente, de *fake news*. Trata-se agora de uma notícia falsa fortalecida pelo poder tecnológico digital e pelo ambiente sociocultural e político de uma sociedade global com percepções alteradas, ora indiferente, ora indignada, ora negacionista ou fundamentalista. Galhardi *et al* definem o termo *fake news* como o fenômeno responsável pela produção e

propagação massiva de notícias falsas, com objetivo de “distorcer fatos intencionalmente, de modo a atrair audiência, enganar, desinformar, induzir a erros, manipular a opinião pública, desprestigiar ou exaltar uma instituição ou uma pessoa, [...] para obter vantagens econômicas e políticas (2020, online).

E assim chegamos ao termo que aqui mais nos interessa – a desinformação, que podemos entender como a informação que desinforma por excesso, mas principalmente por omissão, fragmentação, incompetência, não sendo proposital, entretanto, como a divulgação das *fake news*. Em entrevista à jornalista Maryn McKenna (2021), para o curso “Cobrinando as vacinas Covid-19: o que os jornalistas precisam saber”, ofertado pelo Knight Center of Journalism da Texas University, Ludo Bok, do Grupo de Saúde e Desenvolvimento do HIV para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, esclarece que a desinformação é “a informação falsa que é compartilhada involuntariamente”, por pessoas que necessariamente não estão querendo fazer mal, mas são descuidadas. Mas Bok ressalta que há informações falsas deliberadamente projetadas, com intenção maliciosa, ou “para servir uma agenda pessoal, política ou econômica.” O especialista exemplifica com os movimentos antivacina, que tenta ativamente espalhar informações falsas. Acrescente-se que ambas as formas de desinformação, voluntária ou involuntária, podem criar confusão e corroer a confiança, no caso em um processo de vacinação.

Diante deste conjunto de conceitos que remetem à desinformação em uma cultura digital com nuances de pós-verdade, o jornalismo profissional pode se afirmar pelas práticas e rotinas confiáveis de levantamento de pautas, fontes e apurações rigorosamente checadas. Neste contexto, o jornalismo investigativo, em função de suas exigências e características (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003; SEQUEIRA, 2005; NASCIMENTO, 2010) se destaca pelo potencial que apresenta para traduzir concretamente esta responsabilidade jornalística pela precisão e rigor da informação. Buscamos evidenciar alguns destes aspectos na escassa prática local do jornalismo investigativo, em Curitiba (PR).

3. O jornalismo local de Curitiba

Assim como na maior parte das praças regionais brasileiras – com exceção daquelas de estados de notável performance política no cenário nacional, como as do Rio Grande do Sul e Minas Gerais – a imprensa paranaense mereceu até agora uma historiografia incipiente. São inexistentes “biografias” de jornais locais produzidas com rigor acadêmico e isenção. Em boa medida, o material disponível para a pesquisa resume-se aos inventários – a exemplo de *Cem anos de imprensa no Paraná* (1854-1954), de Osvaldo Piloto (1976); obras impressionistas e memorialísticas, como *O Diário do Paraná na imprensa e sociedade paranaenses*, de Carlos Danilo Costa Côrtes (2000); ou ainda iniciativas institucionais, ocupadas de salvar um ou outro capítulo dessas trajetórias, como fez o jornalista e cineasta Sylvio Back (2009) ao reproduzir fac-símiles do suplemento cultural *Arte & Letra*, nos 50 anos de sua criação.

A ausência de material de pesquisa autóctone se reflete nos estudos de grande lastro, ocupados da imprensa nacional. O Paraná é ausente na produção global de Nelson Werneck Sodré, Juarez Bahia ou mesmo Marialva Barbosa⁵ – para citar três autores que não puderam contar em seus apontamentos com boas contribuições regionais. Não se trata de bairrismo afirmar que perde a historiografia local, mas perde também a nacional. Não poucos elementos corroboram essa afirmativa. Uma experiência original na imprensa paranaense – a breve circulação do jornal *Panorama*, em Londrina, norte do Paraná, entre 1975-1976 –, é um rodapé no essencial *Jornalistas e revolucionários*, escrito em 1991 por Bernardo Kucinski (2018).

Não se quer com isso dizer que os estudos sobre a imprensa paranaense – assim como o das demais imprensas regionais – sejam desnutridos por natureza. Quer-se aqui chamar atenção para o fato de que a morosidade, raridade e especificidades dessa produção carece de força para formar um platô, não só temporal, mas sociológico sobre a performance local (CHARRON; BONVILLE, 2016). Há grande dificuldade em gerar um consenso teórico sobre os marcos da imprensa no Paraná, ausência que se torna mais sentida diante da velocidade com que veículos tradicionais deixaram de circular, ou mudaram de suporte. Na falta de uma sociologia da cultura, da história ou demais variações, acabam por imperar crenças mais ou menos compartilhadas por pesquisadores e profissionais de comunicação, repetidas como solução teórica possível, mas também potenciais à indução de erros (THOMPSON, 2005; GROTH, 2006).

Tais sistemas de crenças podem ter sua racionalidade, e/ou estarem eivados de preconceito, baixa estima ou por suposições entendidas como informação. E não resistem a uma análise criteriosa em que se considere as próprias dinâmicas da imprensa – um ramo de atividade e de conhecimento que se move em meio às pressões, contradições, resistência e recusas (SILVA, 1991). Contudo, não cabe aqui operar um desmonte dessas teses mais ou menos sedimentadas, mas de apontar como o imaginário local sobre a imprensa e os processos de formação de seu público leitor podem redundar em terreno fértil para a desinformação (BUCCI, 2021). O desejável seria ter repertório crítico sobre os discursos de emissores e receptores para balizar graus de vulnerabilidade às notícias falsas. A tarefa não é menos difícil. Se de um lado a historiografia da imprensa local – que poderia servir de fonte para essa empreitada – é frágil, de outro, o entendimento sobre o público que sustentou e sustenta essa imprensa é formado por hiatos. Diferentemente da imprensa americana, que desde os anos 1920 fazia pesquisas de público, e o realizava em praças regionais (MEYER, 2007), resta para a imprensa local brasileira o artifício da associação por similaridade. Ou seja, o que se deu no Rio de Janeiro ou em São Paulo “deve” ter ocorrido em Curitiba ou em Salvador.

A partir de meados dos anos 1990, quando os jornais regionais começam a reagir às avalanches trazidas pela internet, estudos de fôlego passam a desenhar os públicos locais, dando a entender que seria possível, enfim, responder quem era o “freguês” de imprensa na capital paranaense. O termo “hiperlocal”, então, sai do terreno do pejorativo e desponta como estratégia de ação dos jornais (MEYER, 2007). A cobertura das cidades, do cotidiano e dos comportamentos se sofisticam, atraem jornalistas mais especializados e é vista como a reengenharia dos termos “local” e “geral”, então usados para a cobertura imediata dos fatos do dia, noticiadas sem conexões, análises e contextos. Nesse cenário, o “hiperlocal” representa um trampolim para resolver os desafios impostos pela web.

Paralelo, desenvolveram-se pesquisas para elucidar qual era, afinal, a penetração dos jornais. Contribuíram para essas investidas uma pesquisa de desempenho dos jornais capitaneado pela revista *Meio & Mensagem*, financiada por donos de empresas jornalísticas e pela Associação Nacional de Jornais (ANJ); e as investigações encomendadas ao Instituto Marplan, para citar duas (SERVA, 2014; GANDOUR, 2020). Esses levantamentos são valiosos, mas há o agravante de terem sido abandonados na medida em que os investimentos pareciam não dar conta da velocidade com que o jornalismo digital arrebatou a cultura do jornalismo impresso. Ou seja, o banco de dados que poderia colocar a imprensa regional no espelho é inconcluso.

Deixou pistas, é verdade, e aqui só podem ser apontadas em forma de síntese. Em se tratando de Curitiba, a cidade, na década de 1980-1990, chegou a ter nove jornais de circulação diária e contava com público majoritário de leitores nas classes AB, com curso superior ou técnico. A diferença desse *cluster* em relação a fatias semelhantes, em outras praças, estava nas posições conservadoras acima da média. Os leitores de jornal na capital paranaense – estimados nos anos 2000 em 500 mil numa população acima de 1,7 milhão (RETRATOS, 2007) – demonstravam pouca simpatia em relação a temas como “sistema de cotas”, “união homoafetiva”, “adoção por parte de homoafetivos” e simpatias acima da média nacional, na faixa AB, com a “pena de morte”⁶. À tendência conservadora em relação aos costumes e políticas de inclusão, em geral, havia o agravante de a maioria desses leitores habitar bairros “protegidos” do contato com problemas urbanos tais como “habitação”, “mobilidade” e “violência”, o que os indispunha contra a pauta cidadã dos jornais.

⁶ Dados específicos da pesquisa “Retratos de Curitiba”, do Instituto Francischini, de São Paulo, não disponível para o público. Documento interno do jornal *Gazeta do Povo*, cedido aos autores.

Esse estado de coisas pode sustentar uma hipótese, dentre outras, para o silenciamento do público local, que em uma década não reagiu ao desaparecimento ou remodelamento de seus jornais. Uma parte desses leitores, pode-se afirmar com alguma folga, aninhou-se no jornal *Plural*, criado em 2019 e disposto a uma pauta mais afinada com os temas ditos de esquerda. Tem-se nesse episódio um paradoxo digno de observação: restam a uma das cidades mais ricas do país dois jornais impressos diários, de caráter popular (*Tribuna do Paraná* e *Bem Paraná*), um “jornalão” centenário, de circulação digital a partir de 2017 e afinado com as pautas da direita (*Gazeta do Povo*). O veículo tem concorrência do *Paraná Portal* e do *GI* (esse mantido pelo mesmo grupo da *Gazeta*). Nesse cenário, o *Plural* tem poucos pares na tarefa de informar em meio à aceleração da desinformação (COSTA, 2021)

3.1 O Plural, um jornal nativo digital

No ar desde 14 de janeiro de 2019, o jornal *Plural* nasceu como um produto hiperlocal, tendência que acaba sendo subvertida por estar disponível apenas em plataforma digital (FERNANDES et al, 2019). Segundo seu criador, o jornalista político e *publisher* Rogério Galindo, a iniciativa surgiu por haver “um déficit de cobertura local” (RENAUD et al, 2019) em Curitiba, após a nacionalização da cobertura feita pelo jornal de maior circulação na cidade, a *Gazeta do Povo* – que desde maio de 2017 não existe mais em formato impresso. O *Plural* foi concebido de forma rápida, “na esteira da demissão do jornalista de política (...) em 5 de novembro de 2018”, que era bastante conhecido no estado pelo blog *Caixa Zero*.

Apesar de o *Plural* ser um jornal nativo digital, não havia preocupação inicial em apresentar as notícias utilizando as narrativas multimidiáticas, características do webjornalismo. Galindo destaca que, mais recentemente (2020, 2021), a equipe passou a investir em outras mídias e “fazer mais áudio e vídeo (*podcast*, programetes de *YouTube*), além de produzir outros formatos, como *newsletters*” (GALINDO, 2021).

Apresentado em sua página do Facebook como um jornal que pratica “jornalismo colaborativo em Curitiba-PR com independência, coragem e bom humor”, o *Plural* possui linha editorial independente e é descrito por seus idealizadores como um “jornal raro” (FERNANDES et al, 2019), criado e administrado por profissionais de comunicação:

Hoje nós somos três sócios, um diretor de redação (o jornalista João Frey), dois editores (Andrea Torrente, na Gastronomia, e Ricardo Medeiros, na Opinião), quatro repórteres (Angieli Maros, Jess Carvalho, Cecília Zarpelon, Giórgia Prates), uma estagiária remunerada de jornalismo (Rafaela Moura), um diretor comercial (Bob Marochi), um responsável pelas assinaturas (Eli Prado), um editor de vídeo e áudio (Sandi Bart), um designer (Lyn Januzzi), totalizando 15 profissionais na equipe”. (GALINDO, 2021).

Dedicado desde o início à cobertura de política e economia locais (“Poder”), de cidades (“Vizinhança”), com temáticas sobre saúde, educação, segurança e questões sociais; e “Cultura”, com reportagens relacionadas a teatro, música, artes plásticas e cinema, o jornal acrescentou, em 2021, a editoria de “Gastronomia”, também com enfoque local (GALINDO, 2021). A base hiperlocal do *Plural* é potencializada pela presença de sua equipe de jornalistas inserida nas atividades de Curitiba e região, “tendo como premissa que o jornal pode conquistar a credibilidade que fideliza leitores na plataforma digital” (DEL VECCHIO *et al*, 2019). Os pesquisadores reforçam que:

O engajamento e a proximidade com as pautas e a vida cotidiana se mostram como itens de atração para o público e justificam a procura, em especial pelas características presentes no perfil da cidade e no histórico contextual da mídia jornal em Curitiba (...) *O Plural nasce de uma demissão pessoal, de forma inusitada, mas se constitui como fenômeno novo e demonstrativo da coragem de profissionais da comunicação que ainda acreditam que o jornalismo é parte essencial de uma comunidade, permitindo leituras sociais da cidade e representando seus cidadãos* (DEL VECCHIO-LIMA *et al*, 2019, p. 14 e 17).

Em suma, o *Plural*, que escolhemos, pelo perfil acima indicado, como objeto midiático para recolha de reportagens, representa hoje (2021), uma das únicas perspectivas de prática de jornalismo investigativo local em Curitiba e Região Metropolitana, em termos de jornalismo diário impresso ou em plataformas digitais, não televisivo ou radiofônico.

4. Metodologia

Conforme mencionado, analisamos um recorte temático de três pautas jornalísticas frequentemente atingidas, no país, pela desinformação: a vacinação contra a Covid-19; as situações endêmicas urbanas de pobreza; e a cobertura de segurança pública e violência. Além da busca direta no site do jornal *Plural*, utilizamos o buscador do Google a partir do filtro

temporal de 1.º de janeiro de 2021 a 30 de junho de 2021, totalizando seis meses de coleta de matérias sobre tais temáticas.

Como critérios de inclusão, além das palavras-chave “vacinação”, “pobreza”, “segurança” e “violência”, observamos na coleta a própria organização do jornal desses assuntos na editoria “Vizinhança”, que abriga pautas “de cidades” focadas em Curitiba e sua região metropolitana. Quanto aos critérios de exclusão, levou-se em conta o caráter informativo das reportagens (sem artigos assinados, blogs ou colunas autorais), bem como o formato mais longo, que envolve trabalho de apuração e investigação jornalísticas pela redação do *Plural*.

Dessa forma, foram coletadas 64 reportagens no período assinalado, sendo 40 reportagens sobre a temática da Vacinação contra a Covid-19; 10 reportagens sobre Pobreza e questões sociais; e 14 reportagens sobre Violência e Segurança Pública. Nesse primeiro parâmetro quantitativo da coleta, infere-se uma média de dez reportagens mensais entre janeiro e junho de 2021.

TABELA 1

Temáticas das reportagens coletadas no *Plural* entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2021:

Reportagens coletadas	Vacinação	40
	Pobreza	10
	Segurança pública	14
	Total	64
Dentro de todas as categorias de análise	Vacinação	6
	Pobreza	8
	Segurança pública	7

FONTE – DOS AUTORES, 2021.

Del Vecchio-Lima e Lira (2020), com base na leitura de autores como Kovach e Rosenstiel (2003), Sequeira (2005) e Nascimento (2010), definem que, ao se analisar uma reportagem investigativa, devem estar presentes algumas dessas características: a) tema de interesse público com enfoque que privilegie questões sociais dos conteúdos; b) temas não visíveis ou ainda pouco visíveis; c) investigação realizada pelo próprio jornalista; d) precisão das informações – exatidão dos termos, ausência de distorções e de informações fora do contexto; e) diversidade de fontes; f) longo formato; g) contextualização para se evitar a fragmentação. Tais características são tomadas aqui por categorias para classificar a amostra de matérias coletadas, assim como para direcionar a análise interpretativa.

Das 64 reportagens inicialmente coletadas, 21 estão enquadradas em seis das sete categorias consideradas (apenas não são apresentadas em formato longo), possuindo as características acima descritas, sendo seis da primeira temática, oito da segunda e sete da terceira). Desta segunda amostra, optou-se por analisar qualitativamente duas reportagens mais representativas sobre cada tema: *Vacinação, Pobreza e Segurança Pública*. Os critérios para a seleção das seis reportagens foram a variedade de fontes ouvidas consultadas; a apuração feita pelos jornalistas, com trabalho de dados apresentado de maneira acessível ao leitor; e a relevância do tema, escolhidos por serem de alto interesse público. São estas as reportagens analisadas: “Rendimento de vacinas em Curitiba será apurado pelo MP”; “Como o Paraná – antigo parceiro preferencial da Sputnik V – agora ignora compras da vacina”; “Não foi só o filho do porteiro. Uma geração de jovens pobres chegou à universidade”; “Famílias em situação de rua aumentam 1.000% em Curitiba desde 2012”; “Mais da metade das investigações de mortes de civis por policiais são arquivadas no PR”; e “Complexo Médico Penal registra morte, tiros e uso ilegal de solitárias”.

4.1 Vacinação contra a Covid-19

A reportagem “Rendimento de vacinas em Curitiba será apurado pelo MP”⁷, publicada em 13 de abril, foi escrita por Angieli Maros, com colaboração de Maria Cecília Zarpelon. As jornalistas buscaram informações em 14 municípios paranaenses para entender se a reclamação sobre a diminuição de doses nos frascos de vacina era uma constatação exclusiva de Curitiba. A prefeitura havia se manifestado sobre a situação, alegando que a possível redução teria causado defasagem de pouco mais de 6,7 mil doses. Em paralelo à manifestação da prefeitura, o Instituto Butantan sugeriu que a redução na aplicação estaria associada a uma imprecisão no manuseio dos frascos no momento da aplicação. A Anvisa informou estar ciente sobre o aumento das reclamações e que o setor de fiscalização investigaria as denúncias. Diante destas informações, mais uma fonte foi ouvida na reportagem: o Ministério Público do Paraná anunciou que faria o acompanhamento do caso. Dos 14 municípios procurados pela reportagem, cinco responderam. O texto traz o posicionamento de cada um desses locais,

⁷ Disponível em <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/rendimento-de-vacinas-em-curitiba-sera-apurado-pelo-mp>

apontando a quantidade de doses em falta, além de informar as medidas adotadas pelas administrações municipais.

A segunda reportagem, publicada em 18 de junho, também assinada por Angieli Maros, chama a atenção pelo título, pois trata da possível parceria entre o Paraná e a fabricante da vacina Sputnik V, imunizante apontado por vezes como uma alternativa para a aquisição por estados, mas que até meados de agosto de 2021 não está disponível para aplicação no Brasil. “Como o Paraná – antigo parceiro preferencial da Sputnik V – agora ignora compras da vacina”⁸, faz um apanhado lembrando os passos da negociação para a compra do imunizante, relata as tentativas do governo em assinar acordo com farmacêuticas e as tratativas com governadores de outros estados. A reportagem tem como fonte, o próprio governo estadual, o Instituto de Tecnologia do Paraná, Consórcio Paraná Saúde, deputados estadual e federal, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, além de informações divulgadas oficialmente pela Anvisa e Ministério da Saúde. A reportagem pode ser comparada a uma linha do tempo pela qual o leitor consegue entender o início das negociações, as tentativas frustradas de confirmar a compra, o período em que o governo deixou de se posicionar, e outras alternativas como o investimento em estudos para a produção de uma vacina em fase de testes e desenvolvida pela UFPR.

Dos sete elementos que caracterizam o jornalismo investigativo – apontados na metodologia – as duas matérias relacionadas à vacina cumprem cinco. Não são temas “invisíveis” nem foram apresentadas em *longform*, mas são de interesse público, foram produzidas pelos próprios repórteres, primam pela precisão, diversidade de fontes e contextualização. Um oitavo caráter – o hiperlocalismo – tem evidência na primeira matéria, ao trazer as impressões de cinco outras administrações públicas que não a da capital, o que aumenta o impacto e o lastro da informação.

4.2. Pobreza urbana

⁸ Disponível em <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/como-o-parana-antigo-parceiro-preferencial-da-sputnik-v-agora-ignora-compras-da-vacina/>.

“Não foi só o filho do porteiro. Uma geração de jovens pobres chegou à universidade⁹” foi publicada no dia 28 de maio, um mês após o ministro da Economia, Paulo Guedes, criticar as políticas educacionais inclusivas, alegando que as bolsas de estudo serviram para enriquecer empresários e colocar pessoas sem conhecimento mínimo nas universidades. A reportagem narra a trajetória de cinco jovens que se orgulham por estar ou terem concluído o ensino superior e reflete a importância de iniciativas como o Programa Universidade para Todos (Prouni); Fundo de Financiamento Estudantil (Fies); e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) para facilitar o acesso às universidades para quem teria dificuldade, inclusive financeira, de fazer curso superior.

O discurso raso e presente na fala do ministro de que as políticas de acesso às universidades contribuíram para baixar a avaliação das instituições, também era percebido nos corredores da academia, segundo relato de uma das entrevistadas. Entretanto, enquanto fonte oficial e credível pela função exercida, o professor Superintendente de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade, explicou que as avaliações mostraram que isso não aconteceu, contrariando as afirmações que, por vezes, estão embutidas em comentários não apenas da população, mas de representantes políticos que deveriam defender o direito à igualdade. Esta reportagem não tem a assinatura de um jornalista, mas foi publicada pelo perfil da redação, dando a entender que foi uma produção feita por vários profissionais. O texto é um desmonte das teorias, sem embasamento, que criticam o acesso de pessoas pobres às universidades.

A outra reportagem desse bloco – “Famílias em situação de rua aumentam 1.000% em Curitiba desde 2012¹⁰” – também assinada por Angieli Maros, compara dados oficiais do governo federal no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Apesar das reportagens sobre pessoas em situação de rua serem publicadas com certa frequência, este é um tema pouco discutido pela sociedade em geral. A reportagem, publicada no dia 8 de abril, reflete sobre a multiplicação do chamado “povo da rua,” ao mesmo tempo em que a Prefeitura

⁹ Disponível em <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/nao-foi-so-o-filho-do-porteiro-uma-geracao-de-jovens-pobres-chegou-a-universidade/>

¹⁰ Disponível em <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/familias-em-situacao-de-rua-aumentam-1-000-em-curitiba-desde-2012/>

de Curitiba propunha uma lei para limitar a distribuição de comida nas ruas, com multa para quem desrespeitasse a medida.

O material, em formato de grande reportagem, traz ainda depoimentos de entidades que trabalham na assistência a esta população e aponta o enfraquecimento de políticas públicas. Em resposta, a Prefeitura de Curitiba, alegou que o projeto de lei tinha como objetivo a segurança alimentar e elencou as iniciativas implantadas nos últimos anos para o enfrentamento desta situação.

Qualitativamente, as duas reportagens podem ser entendidas como combate local à desinformação – em especial por estarem recheadas de subtextos. Mais despreziosa, a primeira matéria do bloco infere de maneira precisa sobre as desinformações que ainda rondam o sistema de cotas, posto que dados seguros confirmam os ganhos irradiados dessa política. A grande qualidade do texto – ainda que não possa ser caracterizado cabalmente como investigativo – é o de “localizar” um assunto de repercussão nacional – a fala do ministro Paulo Guedes –, operando uma costura do debate no âmbito estadual. Esse arremate é fundamental na consolidação da esfera da notícia (COSTA, 2021).

Quanto ao segundo texto, integra-se a uma série de outras publicações do jornal, crítico ao retrocesso do poder municipal no atendimento e enfrentamento do “povo da rua”. A prefeitura, na contramão das políticas nacionais de assistência social, incorreu em várias impropriedades no que diz respeito a esse grupo – impossíveis de seres esmiuçadas aqui. Ainda que não seja uma longform, a produção jornalística cumpre todas as características de investigação para romper a desinformação.

4.3. Segurança pública e violência

O levantamento utilizado como base para a reportagem “Mais da metade das investigações de mortes de civis por policiais são arquivadas no PR”¹¹ foi realizado pelo Núcleo de Política Criminal e Execução Penal (Nupep) da Defensoria Pública do Paraná (DPPR), reunindo 78% dos casos (260) envolvendo mortes de civis no Paraná em 2018. Em formato longo, a reportagem apresenta os principais dados estatísticos do período levantado,

¹¹ Disponível em <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/mais-da-metade-das-investigacoes-de-mortes-de-civis-por-policiais-sao-arquivadas-no-pr/>

destacando ainda os casos em que a polícia investiga a si própria, por meio de um Inquérito Policial Militar (IPM). Além das fontes oficiais, das forças policiais, a reportagem traz análise de um pesquisador especialista em segurança pública e Direitos Humanos. A contextualização desse tema de interesse público é reforçada ainda com uso de um quadro apresentando os dados comparativos entre 2015 e 2020, semestralmente, do levantamento do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que aponta aumento da letalidade policial no Paraná.

A reportagem, publicada no dia 1.º de abril e assinada por Daniel Tozzi Mendes, conclui informando que não obteve resposta da PM quando a procurou “para esclarecer como funciona o fluxo de investigações do Inquérito Policial Militar”. A matéria questionou ainda, sem retorno, “quais seriam as explicações para o aumento do número de mortes em ações da PM em 2020”, diante da restrição na circulação de pessoas com a pandemia.

Por fim, a reportagem “Complexo Médico Penal registra morte, tiros e uso ilegal de solitárias”¹², assinada por Andrea Torrente, tem como ponto de partida um caso factual de um detento que morreu de tuberculose na Penitenciária Estadual de Piraquara II (Pep II), após ter dado entrada por seis vezes em um hospital. No conjunto, o texto investiga se há uma “epidemia de mortes” de presos. A apuração revela que, em 2019, último ano em que havia dados completos disponíveis, foram registradas 16 mortes (12 classificadas como naturais e quatro suicídios) no Complexo Médico Penal (CMP). Acionado, o Ministério Público Estadual investigava o caso do detento que abre a reportagem, cuja apuração traz fontes diversas em sua apuração: nota oficial do hospital em que o preso havia sido internado, bem como nota do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (Depen).

A reportagem reforça o interesse público da pauta apresentada ao abordar que o Conselho Regional de Medicina (CRM-PR) havia denunciado irregularidades no CMP que colocavam “em risco ético médicos e demais profissionais da saúde”, ameaçando “interditar o presídio para a prática médica caso as irregularidades não fossem sanadas”. Trata de uma questão invisível, pois o sistema prisional tende a despertar pouco interesse dos leitores, exceto

¹² Disponível em <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/preso-morto-e-outro-ferido-jogam-luz-sobre-violencias-cmp/>.

em casos de rebelião. Tem todas as características de investigação no combate à desinformação, em especial num momento em que a carestia de vacinas acirrou circuitos de “ódio” aos detentos e, conseqüentemente, a manifestação de mitos em relação ao circuito. A primeira matéria se afina, em efeito, à segunda, ao questionar dados nebulosos da Polícia Civil: na pergunta, conectam-se a busca do pouco visível, interesse público, precisão e combate à informação fragmentada.

5. Considerações finais

A hegemonia do “modelo de audiência” por sobre o “modelo de influência” (MEYER, 2007), ambos autoexplicativos, trouxe um prejuízo flagrante à sociedade – a diminuição, quando não o desaparecimento total, na imprensa, da cobertura local. Os limites de viralização de um texto sobre miséria urbana são flagrantes, daí seu abandono algo criminoso por parte da mídia. Não é a única questão. Assim como a hierarquia dos fatos está na natureza do jornalismo (COSTA, 2021), o mesmo se deve dizer do critério de proximidade geográfica. É fato que a globalização e a sociedade informática criaram uma amplificação do conceito de proximidade, mas não o relativizaram de todo. O que está perto importa, e é o ponto de partida para a ação do cidadão (RICOUER, 2012). De modo que não haverá jornalismo sem cidade, e a cidade em que se vive.

O saldo desse silogismo é que cidades sem jornais, e sem jornais que se ocupem da cidade, são lugares mais pobres e desinteressantes (DOCTOR, 2011). Não se trata de retórica ou de apelo emocional. A desinformação, as *fake news* e a infodemia causam prejuízos em escalas planetárias, mas esses efeitos são sentidos, de forma imediata, na rua de baixo à casa em que vivemos. A falta de apuração jornalística sobre questões que tocam de forma incisiva o cotidiano tem impacto imediato sobre as economias municipais e sobre a psique do cidadão. O momento, pelo que parece, ainda é de minimização dos efeitos da redução do trabalho jornalístico por sobre as comunidades, mas essa viseira não deve funcionar por muito tempo.

Por ironia, os imperativos do antijornalismo – rejeição do jornalista como mediador, negação da hierarquia da notícia e desprezo pela cobertura local – acabaram por fazer das tarefas mais elementares um campo de ação para o jornalismo investigativo, justo o que se nutria de escalas mais globais (TRAQUINA, 2012). Há mais afirmativas no horizonte, a partir

desse trabalho. O jornalismo local do *Plural* – ao afilar de questões que tocam a pele do cotidiano, são, em suma, um horizonte possível em meio aos descaminhos da comunicação.

Referências

BACK, Sylvio. **Letras e/ artes cinquenta anos: Diário do Paraná**/Edição fac-similar. Curitiba: Itaipu Binacional, 2009.

BORTOLAZZO, S.F. O imperativo da cultura digital: entre novas tecnologias e estudos culturais. **Cadernos de comunicação**, Santa Maria (RS), UFSM, v. 20, n.1, jan. abr.2016. In <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/22133> Acesso: 15 ago 2021.

BUCCI, E. **A superindústria do imaginário**: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CHARRON, J. BONVILLE, J. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular. Brasília: FAC Livros, 2016.

CÔRTEZ, C.D.C. **O Diário do Paraná na imprensa e sociedade paranaenses**. Curitiba: Paranaense, 2000.

COSTA, C.T. Politização, polarização e o futuro do jornalismo profissional. In. COSTA et al. **Tempestade perfeita**: sete visões da crise do jornalismo profissional. Rio de Janeiro: História real, 2021.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri (SP): Faro editorial, 2018.

DEL VECCHIO-LIMA, M.; LIRA, A.O. Reportagens investigativas e cobertura diária sobre meio ambiente: requisitos para a busca de qualidade no jornalismo ambiental. **Anais...** Abraji, VII Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, Online, 2020.

DEL VECCHIO-LIMA, M. DE PAULA, E. L. R. PIRES, G. P. LIRA, A. O. Possibilidades, limites e fragilidades de um nativo digital: o jornal *Plural* (Curitiba, PR). 17.º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **SBPJor (Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo)**. Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia (GO), novembro de 2019.

DOCTOR, Ken. **Newsonomics**; 12 novas tendências que moldarão as notícias e o seu impacto na economia mundial. São Paulo: Cultrix, 2011.

FERNANDES, J. C. CONCEIÇÃO, C. S. SPENASSATTO, G. GOSS, J. M. *Jornal Plural*: o hiperlocalismo contra a desfronteirização online. 17.º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **SBPJor (Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo)**. Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia (GO), novembro de 2019.

GALHARDI, C.P.; MINAYO, M.C. de S.; FREIRE, N.P.; FAGUNDES, M.C.M. Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Ciência & saúde coletiva**, 25(Supl.2):4201-4210, 2020.

GALINDO, R. W. **Entrevista remota com André F. Nunes**. 13, ago., 2021.

GANDOUR, R. **Jornalismo em retração, poder em expansão: a segunda morte da opinião pública**. São Paulo: Summus, 2020.

GROTH, Otto. Tarefas da pesquisa da ciência da cultura. In: MAROCCO, B. BERGER, C. (orgs.) **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

HEB, A. et al. **El periodismo ante la desinformación**. Cartagena, Colômbia, Fundación Gabo, 2021. In: <https://youtu.be/83kieIhQYYc> Acesso em: 13/06/2021.

KOVACH, B; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo – o que os jornalistas devem saber e o público deve exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 3.^a ed. São Paulo: Edusp, 2018.

McKENNA, M. Entrevista com Ludo Bok. Texas University, **Knight Center of Journalism** (USA), 2021. In: <https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox?projector=1>

MEYER, P. **Os jornais podem desaparecer?: como salvar o jornalismo na era da informação**. São Paulo: Contexto, 2007.

NASCIMENTO, S. **Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil**. Porto Alegre: Arquipélago, 2010

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)**. Curitiba: IHGPR, 1976.

RENAUD, E. PIRES, G.P. FERNANDES, J.C. **Entrevista com Rogério W. Galindo**. Grupo de pesquisa Comunicação e Cultura Ciber (Click), 2019.

RETRATOS DE CURITIBA. Instituto Francischini. São Paulo/Curitiba: 2007. Não disponível.

RICOUER, P. **O discurso da ação**. Lisboa: Edições 70, 2012.

SEQUEIRA, C. M. de. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.

SERVA, Leão. **A desintegração dos jornais**. São Paulo: Reflexão, 2014.

SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação**. SP: Senac, 2001.

SILVA, C.E.L. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. 2.^a ed. São Paulo: Summus, 1991.

THOMPSON, J.B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 7.^a ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

TRAQUINA, N. Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são. Florianópolis: **Insular**, 3. ed. rev. 2012.

VOSOUGHI S., ROY D., ARALET, S. The spread of true and false news online. **Science**, 2018; 359(6380): 1146-1151.

WOLTON, D. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.